

**MODALIDADE DO RESUMO: EXPANDIDO**  
**ÁREA TEMÁTICA: EDUCAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL:  
EDUCAÇÃO E QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS / FORMAÇÃO DE  
PROFESSORES E PRÁTICA PEDAGÓGICA**  
**CLASSIFICAÇÃO DO TRABALHO: GRADUAÇÃO/ PÓS-  
GRADUAÇÃO**

## **FORMAÇÃO DE PROFESSORES SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A LEI 11.645/08: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**Danielle Cristina da Conceição 1**  
**Isabella Júlia Santana da Silva2**  
**Diogo Pedro da Silva Fernandes3**

**Orientador/a: Auxiliadora Maria Martins da Silva4**

- 1 Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Antirracismo e Racismo (GEPAR-UFPE). E-mail: daniellecconceicao@gmail.com.
- 2 Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Foucault e Educação (GEPFE-UFPE). E-mail: isabella.juliappf5@hotmail.com
- 3 Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-UFPE); Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Foucault e Educação (GEPFE-UFPE). E-mail: dpsfernandes@outlook.com
- 4 Professora Doutora do departamento de Métodos e Técnicas da Educação (CE-UFPE); Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Antirracismo e Racismo (GEPAR-UFPE). E-mail: silinhead@gmail.com

### **Resumo:**

**Introdução:** Este trabalho trata-se de um texto que se propõe relatar as experiências de uma formação de professores em uma escola da rede privada, localizada na Região Metropolitana do Recife. A formação de professores a seguir tem como intuito estimular o permanente processo formativo entre os docentes, tendo como formato um minicurso de capacitação, onde os participantes desta atividade poderão obter conhecimentos específicos sobre a Lei 11.645/08 a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”. O parecer da lei possui 10 anos e foi decretada para alterar as leis 9.394/96 e 10.634/03, colocando a obrigatoriedade do ensino da cultura africana e afro-brasileira juntamente com a cultura indígena nas escolas de rede pública e privada. O exercício da lei, apesar de ter um histórico de existência por mais de 20 anos, possui um déficit muito grande entre os profissionais da educação sendo em sua maioria alegada a falta de formação, tanto na educação básica,

como no ensino superior. A execução deste trabalho tem como objetivo geral auxiliar na capacitação e desenvolvimento profissional de professores na Lei 11.645/08 com ênfase nas relações étnico-raciais. Já nos objetivos específicos nos propusemos: promover o compartilhamento de experiências e demais relatos sobre as relações étnico-raciais; analisar as dificuldades enfrentadas pelos docentes para a execução da Lei 11.645/08; reconhecer e propor atividades relacionadas às temáticas de relações étnico-raciais; enfatizar a importância da formação continuada. Este relato de experiência se nutriu das narrativas das mediadoras do minicurso intitulado “Formação de professores sobre as Relações Étnico-raciais e a Lei 11.645/08”, onde por meio de atividades apresentaram as implicações que versam a implementação da lei. **Metodologia:** Aos participantes foram apresentados o tema e objetivo central da formação juntamente com ampliação de subtemas da área. As apresentações foram executadas por meio de tópicos e imagens por projeção em PowerPoint, onde puderam expressar se conhecem a lei e se possuem ou não dificuldades para executá-la em suas práticas docentes, constituindo pontos de partida para progredir para processos mais avançados de reflexão, de integração cognitiva, de generalização e de reelaboração de novas práticas. O minicurso foi guiado com a presença de 10 professores, 2 estagiárias e 2 coordenadoras pedagógicas da instituição, sendo ministrado através de apresentações sobre a criação, importância e implicações sobre a Lei 11.645/08 no que concerne às Relações Étnico-raciais, com uma duração de 3 horas. Durante as apresentações, os professores foram incentivados a realizarem indagações e construções de narrativas conforme suas experiências, a fim de estabelecer esclarecimentos e troca de conhecimentos a respeito da execução da lei. Após as discussões, os professores foram apresentados a uma série de livros didáticos e paradidáticos, específicos e não específicos às Relações Étnico-raciais, e em duplas e trios foram convidados a pensarem e compartilharem alternativas práticas e lúdicas sobre como trabalhar as Relações Étnico-raciais com aqueles materiais. **Resultados e discussões:** O processo se deu através de indagações e discussões dos docentes, compartilhamento de experiências e dificuldades. Muitas experiências foram relatadas, inclusive, sobre o não conhecimento da existência da Lei 11.645/08. Os professores também relataram como uma de suas maiores dificuldades a aceitação dos pais sobre aulas que englobam as Relações Étnico-raciais em contextos culturais e históricos, voltados diversas vezes por questões religiosas. Ao considerar e compreender a significância de uma educação antirracista foi unânime durante as discussões a importância de trabalhos pedagógicos em heteroidentidade, principalmente na educação infantil, no que concernem crianças no processo de pertencimento histórico-cultural. Ao discutir a heteroidentidade intensificamos o cuidado e a importância da participação docente nos processos de construções do currículo escolar para a inclusão das diversas culturas e novos conhecimentos, como no documento Indagações no Currículo: Currículo, Conhecimento e Cultura (MEC, p. 35, 2007) não se espera, cabe reiterar, substituir um conhecimento por outro, mas sim propiciar aos(as) estudantes a compreensão das relações de poder envolvidas na hierarquização das manifestações culturais e dos saberes [...]. Muitas indagações foram feitas sobre os livros didáticos, que por muitas vezes traz a imagem do negro e indígena folclorizada e não relata de forma concreta e sem estereótipos a luta dos negros e povos indígenas. Além da fase final do minicurso, com a apresentação de livros didáticos e paradidáticos no intuito de

auxiliar nos processos pedagógicos em sala, foi disponibilizada pelas mediadoras uma listagem de conteúdos que podem ser facilmente acessados via internet, para que os docentes possam conhecer outras formas de educação e alternativas lúdicas para a execução da lei. Desta forma, foi intencionado o incentivo à pesquisa e a formação continuada desses docentes e demais funcionários da instituição, a fim de estabelecer sempre uma educação democrática, de igualdade e respeito. **Conclusões:** Conseguimos estabelecer um processo formativo de incentivo a execução da Lei 11.645/08, onde discutindo-a, é discutir a educação, a sociedade e as diferentes culturas que a compõem (KACZMARCK, SANDINI, 2010). Podemos também compartilhar experiências e histórias de vida, e sobretudo, discussões importantes para uma educação antirracista e nos processos formativos dos docentes, incentivando-os à pesquisa e a formação continuada. Neste sentido, o relato dessa experiência vem para contribuir com as discussões a respeito da execução da Lei 11.645, sabendo que este assunto está longe de ser dado como encerrado devido a sua complexidade e dificuldades econômicas, culturais e sociais, e percebendo o lugar que ela tem ocupado nas discussões na educação brasileira.

**Palavras-chave:** Formação de Professores; Educação para as Relações Étnico-raciais; Educação Antirracista; Prática Pedagógica.

#### Referências:

- BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm)> Acesso em: 06 de Janeiro de 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações do currículo: Currículo, conhecimento e cultura. [Antônio Flávio Barbosa Moreira, Vera Maria Candau]; Organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento - Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2007.
- KACZMARCK, Marília; SANDINI, Sabrina. Mudanças curriculares após a lei 10.639/03: uma possível alforria da história e cultura afro-brasileira e africana. Revista polidisciplinar eletrônica da faculdade Guairacá. Paraná, vl. 02, 2010.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias de currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.